

SRA. LUIZA MESQUITA: Bom dia a todos e todas que nos assistem. Hoje abrimos mais um encontro do Seminário Internacional de Governança da Internet, uma atividade da Escola de Governança da Internet. E hoje o tema de debate é o Multissetorialismo e Processos Deliberativos, como promover inclusão e aprimorar representatividade e a democracia nestes processos. Este debate fecha o primeiro eixo do seminário sobre governança da Internet e, na próxima semana, iniciamos debates do Eixo 2.

Nós damos as boas-vindas aos palestrantes e ao moderador, agradecemos por aceitar o nosso convite. E eu vou apresentar aqui o Virgílio, que vai abrir o debate e moderar essa Mesa com convidados tão especiais. O Virgílio Almeida é pesquisador e professor associado ao Berkman Klein Center da Universidade de Harvard e professor emérito da Universidade Federal de Minas Gerais. Ocupou os cargos de professor visitante na Boston University, Harvard e New York University. Ele tem PhD em ciência da computação pela Vanderbilt University e é membro titular da Academia Brasileira de Ciências e da World Academy of Sciences. Autor de vários livros, dentre eles: *Performance by Design: Computer Capacity Planning by Example* e *Governance for the Digital World: Neither More State nor More Market*. Foi secretário nacional de Políticas de Informática no período de 2001 a 2015 e coordenador do Comitê Gestor da Internet, e comissário da Global Commission on the Stability of Cyberspace.

Virgílio, muito obrigado por ter aceitado o nosso convite, é um prazer recebê-lo aqui hoje e uma honra para nós ter você como moderador dessa Mesa.

SR. VIRGÍLIO ALMEIDA (por intérprete): Agradeço, Luiza, pela gentil apresentação. É uma grande honra compartilhar este painel aqui com dois professores de ponta, a Profa. Jeanette Hofmann e o Prof. Jean-Marie Chenou.

Brevemente, eu gostaria de ler a biografia de ambos para que possam entender como são importantes. A Profa. Jeanette Hofmann é professora de política da Internet da Universidade de Berlim e participa do grupo de política de digitalização, que estuda como é que a sociedade de hoje pode realizar um melhor trabalho na formatação da transformação digital. Ela também é fundadora do Instituto Alexander von Humboldt para a Sociedade da Internet em Berlim e é a investigadora principal do Instituto de Sociedade das Redes. Seja bem-vinda, Profa. Hofmann, é um grande prazer tê-la aqui conosco neste painel. O outro participante é o Prof. Jean-Marie Chenou, que é professor associado do departamento de Ciências Políticas na Universidade em Bogotá, na Colômbia. No passado, ele foi professor assistente na Universidade de Los Andes e um pesquisador convidado na Universidade de Business em Copenhague, Dinamarca. Ele é

formado na Universidade de Lausanne, na Suíça, e ele tem um mestrado em relações internacionais pela Universidade de Pantheón, também, na França, Paris. O seu foco de pesquisa está na área de transformação digital e governança da Internet dentro do escopo da economia política, sociedade e ciência da tecnologia. Então, também seja bem-vindo, Prof. Jean-Marie. É interessante observar que temos aqui dois participantes distintos, ambos vêm de diferentes áreas da ciência e, com isso, vemos aqui a importância dessa perspectiva multidisciplinar com relação aos problemas relacionados ao mundo digital. Com isso, eu dou as boas-vindas a ambos, assim como dou as boas-vindas a todos os participantes que estão aqui conosco hoje neste painel.

Eu vou apresentar aqui alguns breves slides simplesmente para abrir essa discussão e colocar dentro de um contexto e para abrir o painel que estes participantes irão apresentar nesta sessão. Temos aqui os principais pontos que serão discutidos durante essa sessão de debate. Conseguem ver a minha tela? Sim? O título dessa sessão é: Multissetorialismo e o Processo Deliberativo: Inclusão, Representatividade e Democracia. Como eu disse, temos aqui, então, os dois professores, tão distintos e reconhecidos internacionalmente.

Então, para colocar este assunto dentro de um contexto mais amplo, vamos voltar 25 anos na linha do tempo. Temos um capítulo de um documento muito importante naquela época, que é o documento conhecido como a Declaração da Independência do Espaço Cibernético, que data de 96, e John Perry Barlow disse que a perspectiva é que o mundo digital, ele vai incorporar o espaço de uma liberdade integral na conexão de pessoas, ideias e informação. Barlow tinha uma visão utópica naquela ocasião, em 96; entretanto, o que temos nos dias de hoje é completamente diferente dessa visão que foi tão utópica. Eu não diria que seria algo completamente distorcido, mas sim há aí alguns aspectos com os quais eu tenho algumas preocupações, levando as sociedades democráticas nas quais vivemos hoje em dia.

O esperado era termos o que chamávamos naquele momento de ciberdemocracia. Depois, tivemos a era das telas. Tínhamos muita esperança com relação à liberdade e no apoio aos governos democráticos e ações que fossem democráticas. Essas ações eram as ações e as visões que tínhamos ali no início dos anos 2000, mas as coisas evoluíram de maneira distinta daquela esperada.

O que temos hoje em dia é um conjunto, um grupo, na realidade, de plataformas muito potentes que nos oferecem uma série de oportunidades, conveniências, mas também essas plataformas nos brindam com alguns problemas que acabam sendo consequências ou resultados pela forma como essas plataformas estão organizadas. Todos nós utilizamos e fazemos uso dessas plataformas, nos

beneficiamos dos benefícios dessas plataformas, mas, entretanto, há alguns pontos negativos dentro dessas plataformas; algumas delas operam através de algoritmos, as tomadas de decisão estão baseadas nessas decisões políticas, financeiras, uma série de decisões estão baseadas nessas plataformas. Temos plataformas globais, temos os grupos de Facebook, de Twitter, temos Amazon, Netflix, temos Uber, Airbnb, YouTube, Twitter, mas, de um outro lado, eu gostaria de enfatizar também que as agências governamentais espalhadas por todo o mundo também têm agora as suas plataformas governamentais, que, de uma forma ou de outra, também se apresentam no mesmo desenho, semelhante às plataformas já tão conhecidas por todos nós. Quais seriam, então, as consequências desse espaço digital global?

O que temos e vemos hoje em dia como sendo o mundo digital atual. Na primeira semana de janeiro, nós tivemos exatamente aquela tempestade que ocorreu no Capitólio, organizada pela mídia social, e isso trazido pelo Facebook nos Estados Unidos. Esse movimento foi muito convincente, que as eleições foram roubadas e todo esse 'ti-ti-ti' foi criado por um conteúdo que foi circulado através das diferentes plataformas da direita extremista americana.

Um outro aspecto também que envolve o mundo digital tem a ver com a questão de que o mundo digital não restringe-se apenas à Internet; vai muito além da Internet. Neste caso, tem a ver com um algoritmo que decide sobre as decisões judiciais e sobre as questões que ocorrem no Tribunal americano. Essa foto, ela diz sobre um algoritmo que leva à liberdade ou acaba prendendo, ou tirando de nós tal liberdade.

Recentemente, no Reino Unido, o Telegraph publicou um movimento contra esses algoritmos que foram utilizados para estimar as notas dos alunos para que eles pudessem entrar na universidade uma vez que completassem o ensino médio. Entretanto, esses alunos não aceitaram os algoritmos dessas notas e disseram que havia muita injustiça e um certo viés por trás dessa decisão.

E, por fim, o que nós notamos é uma série de manchetes que mostram os problemas do mundo digital, não apenas com relação à Internet ou com relação às plataformas, mas problemas de ordem geral que surgem ali na vida cotidiana do mundo digital, tanto na área política, tanto quanto na área da saúde, na economia, e em diferentes aspectos da vida cotidiana.

Então, a principal pergunta, pergunta essa que os nossos participantes irão discutir aqui hoje, é: Como podemos governar as tecnologias digitais baseadas nos pilares tais como o respeito pelos direitos humanos, as leis internacionais e a disponibilidade de

oportunidades que sejam significativas para todas as pessoas e nações? É necessário criar mecanismos que possam propiciar tais benefícios para todas as pessoas, nações e a sociedade global como um todo.

Por isso, não vamos discutir apenas a governança da Internet, mas sim o conceito da governança digital, que, como eu já disse, vai muito além da governança da Internet. A governança digital é a capacidade de colocar as instituições dentro do centro a partir de um mundo que seja inclusivo, seguro, para que possa prover serviços sustentáveis, políticas públicas implementadas por governos e firmas de base que seja não territorial e baseada em resultados. Essa é uma definição teórica da governança digital.

Agora, se quisermos resumir tudo isso numa imagem, a governança digital, ela melhora, ou intensifica, alguns mecanismos da governança relacionada à Internet, a governança da plataforma digital, a governança da Inteligência Artificial, a cibersegurança e governança de dados. Essa é uma visão mais holística da governança digital, que envolve decisões conjuntas, transparência, responsabilidade para todas essas agências responsáveis pela governança digital e, mais uma vez, a partir da sua visão teórica, trabalha com estruturas de metagovernança, baseada em três elementos: a tomada de decisões, transparência, a responsabilidade e coordenação, já que temos múltiplas instituições que estão envolvidas dentro deste grupo.

E o último slide está relacionado ao principal tópico dessa nossa sessão, que é: Qual é o papel dos modelos de multissetorialismo dentro deste modelo digital de governança? Quais são os principais problemas do mundo digital que exigem estruturas de governança digital? Quais são os elementos metateóricos de governança que possam ser aplicados ao mundo digital? E quais são os desafios que criam o processo de governança para o mundo digital?

Enfim, essas são algumas ideias digitais apenas para preparar aqui o cenário para as apresentações dos nossos participantes que virão em seguida neste painel. Com isso, então, eu gostaria de passar a palavra para a Profa. Jeanette para os seus comentários, observações e ideias. Muito obrigado.

SRA. JEANETTE HOFMANN (por intérprete): Muito obrigada, e também muito obrigada por essa visão geral muito completa. Eu acredito que o ponto que você fez no final, que nós estamos numa década de governança e regulamentação, também tem a ver com o fato de que o digital penetrou em todas os tecidos da sociedade. Então, as leis entram, provocam tanta resistência, e realmente a questão de como governar o digital se torna, cada vez mais, uma questão muito importante.

Me pediram para falar sobre a abordagem multissetorial, que eu gostaria de fazer não só porque eu fiz parte disso por um longo tempo, mas também porque eu escrevi sobre isso de uma forma muito crítica. E o que eu vou fazer, então, agora é resumir as descobertas que eu tive na participação do processo, mas também na pesquisa da abordagem multissetorial.

Então, o termo multissetorial, o que ele não quer dizer aqui é abordar processos que tentam integrar diferentes atores da sociedade. Essa ideia não é nova, na verdade, sobre diferentes termos, isso tem uma tradição muito antiga em diferentes partes do mundo. Basicamente, se falavam nas organizações tripartites, ou seja, o governo, o estado, o setor privado e as organizações dos trabalhadores, que eram considerados os representantes mais importantes e relevantes da sociedade, que precisavam ser envolvidos para que o governo fosse capaz de regular o capital e o trabalho de uma forma que não geraria muito protesto. Talvez o exemplo mais famoso dessas organizações tripartidárias, ou tripartites, é a Organização Mundial do Trabalho, uma organização fundada em 1919 e com representantes, de novo, do governo, dos trabalhadores e das empresas contratantes.

Existem muitos exemplos também no nível nacional. Eu pedi à minha colega brasileira, a Clara Keller, e ela me falou de uma organização chamada Conar, que regula as atividades brasileiras. Um bom exemplo disso que vocês conhecem é o Marco Civil, que foi negociado de uma forma muito aberta com a participação de vários grupos da sociedade civil, e em muitos países o que nós geralmente vemos é que a mídia, de alguma forma, segue um processo de autorregulamentação à sombra do estado. Aqueles responsáveis, por exemplo, para os sistemas de divulgação envolvem grupos para algum tipo de supervisão da mídia. Isso a gente acha em vários países. E por que eu falo sobre esses exemplos? Eu falo, porque o multissetorialismo não é uma coisa nova, não é uma coisa rara, é um processo já bem estabelecido com um histórico muito longo e tem a ver com essa exceção da Internet que a gente não conhecia. A Internet foi uma coisa nova, e tudo que foi criado pela Internet, tudo que a Internet atrai parecia também ser novo, mas, na verdade, esse excepcionalíssimo da Internet é muito infeliz, porque nos evita aprender de outros setores. E, na verdade, existe muito a ser aprendido de esforços inovadores que foram... que aconteceram antes da Internet. Então, essa abordagem multissetorial me fez procurar, através da literatura, vários exemplos de multissetorialismo para entender quais são os outros processos que existem, o que eles fazem, e levantar algumas perguntas básicas na literatura, que são: Isso realmente funciona? E se não funciona, quais são os problemas?

Bom, e o que eu descobri, e isso talvez possa ser uma surpresa para algumas pessoas que estão envolvidas em iniciativas multissetoriais, é que multissetorialismo geralmente não funciona bem. Na verdade, são iniciativas bem desapontantes em termos de resultados, embora as pessoas tenham devotado tanto tempo a elas e tentaram tanto mudar as coisas. E por que, então, não funciona?

Bom, primeiro vamos pensar aí em relação às metas. Eu consegui identificar três metas que podem ser traduzidas no que eu chamo de as três grandes promessas do multissetorialismo. A primeira é a ideia de uma representação global; a segunda é a promessa, ou ideia, da democratização da regulamentação ou da legislação de políticas; e a terceira é a melhoria dos resultados de políticas implementadas, ou seja, fazer as coisas melhores que são. Por um lado, o que a gente vê são metas procedurais. O que eu quero dizer com isso? Essa ideia de democratizar a legislatura na esfera da Internet. Isso é muito importante para a área da Internet. Como o Virgílio falou, essa rede transnacional de infraestrutura, ou seja, nossa base nacional da legislatura democrática, acaba [ininteligível] não se aplicando à Internet. Então, realmente era preciso trabalhar de uma forma transnacional. E o segundo ponto, também muito importante, que são os processos de multissetorialismo tentando melhorar os resultados das políticas que são elaboradas através de um maior envolvimento da sociedade civil e através de maior escuta de suas vozes. E por que isso não funciona? E o que exatamente não funciona?

Eu acho que nós podemos ver aqui vários dilemas nas iniciativas do multissetorialismo, duas das quais eu gostaria de discutir com um pouco mais de detalhe. O dilema número 1 tem a ver com o representar das pessoas, ou seja, democratizar as decisões através do maior envolvimento de outros atores, ou seja, atores outros que não dominam as esferas nacionais. Então, de um sentido muito básico, o que posso assim dizer é que é impossível ter realmente representação de forma que ninguém seja excluído. Se a gente quer fazer uma representação para incluir todos, a gente não pode tomar decisões, porque todos têm vozes diferentes e a gente nunca chega a um acordo. Então, a ideia de ser mais representativo é sempre desafiada, porque não fica claro quem realmente precisa ser ouvido e quem pode ser excluído. Para colocar as coisas de outra forma, quem pode representar quem? Nós temos procedimentos para isso no nível nacional, mas não fora das eleições gerais. Então, é sempre contestada essa ideia de ser representativo. Em todos aqueles órgãos que tentam construir essa abordagem multissetorial, sempre tem dificuldades com a crítica de que estão excluindo pessoas, e assim sempre tentam ser mais e mais representativos, mais e mais legítimos, e aí o processo de decisão é prejudicado. O Ican, por exemplo, é um exemplo típico disso. Cada

vez se tenta ser mais representativo, mais legítimo e está cada vez mais burocrático no processo decisório. Na verdade, é uma organização hoje tão burocrática que eu tenho muita dificuldade em entender o que eles estão falando, embora já tenha sido envolvida no processo. É um processo que é elaborado demais. E, de novo, você tenta ser mais legítimo representando mais pessoas, mas o efeito colateral é que você acaba excluindo muito as pessoas, porque o processo é tão longo, tão difícil para se entender como funciona e para se envolver. Então são vários códigos, são reuniões que aqui precisam acontecer em horários fixos. Se você pensa nos fusos horários, tem pessoas que têm que acordar às 2h, 3h da manhã para participar desses processos. Então, eles não são sustentáveis. E muitas ONGs do globo Sul acabam com dificuldade de se envolver nesses processos internacionais por um longo período de tempo, porque realmente é muito trabalhoso e também custa muito. E quando as ONGs têm que estabelecer prioridades, ou seja, entre o que eles têm que fazer localmente e o que eles podem fazer internacionalmente, e eles balanceiam, equilibram aí efeitos do que é curto prazo e longo prazo, geralmente eles acabam abandonando as iniciativas internacionais. Então, de novo, esses processos acabam se tornando, paradoxalmente, menos representativos do que gostariam na tentativa de serem mais representativos. Então, esses são os principais dilemas que os processos multissetoriais enfrentam.

A segunda coisa é que os processos multissetoriais sofrem dos mesmos desequilíbrios de poder que tentam lutar contra. Tem uma história que a gente conta sempre, era quem tentava participar nos processos internacionais, e a história, olha: tente imaginar um avião e quem senta na classe executiva e quem na econômica, lá perto do banheiro. E, na verdade, o governo e a sociedade civil estão sempre na econômica e as empresas, na executiva. E essa é uma imagem muito boa para a gente pensar nos desequilíbrios de recursos que nós encontramos no processo multissetorial. Quem fica nos bons hotéis, quem pode participar em todas as reuniões e quem não pode. Para ser justa, o Ican tentou cuidar disso oferecendo financiamento àqueles que tinham menos recursos. Eles estabeleceram um fundo para que as pessoas pudessem, por exemplo, participar das reuniões, mas, de novo, para isso também há efeitos colaterais no financiamento de membros. Eu não vou mencionar nomes, é claro, mas você vê pessoas que querem tanto participar das reuniões e viajar o mundo todo que participar da reunião acaba sendo mais importante do que se envolver no processo. Então são efeitos patológicos que são criados através do financiamento de alguns grupos de pessoas. E, de novo, isso não tem só a ver com a governança internacional. Nós achamos em outros setores, mas são dois dos dilemas que nós encontramos nesses processos.

Bom, isso significa, então, que a gente não deve confiar no processo multissetorial? Não, não é essa a minha mensagem, de forma nenhuma. O que eu quero dizer é que a gente precisa ser menos romântico e mais realista em relação ao que a gente pode alcançar em relação a essas ideias e promessas. Nós não vamos salvar o mundo com um processo multissetorial. Ele não é extremamente melhor do que outras formas de regulamentação que nós conhecemos. Eles têm dificuldades que as outras formas também têm. Então, o que eu estou dizendo? Nós precisamos ser realistas, trabalhar com eles e precisamos estar preparados, porque muitas das ideias de melhoria que temos podem criar efeitos colaterais que nós não gostamos. Então, processos multissetoriais, se a gente pensa, é uma ciência em construção. Nós precisamos experimentar novas abordagens e precisamos ter em mente que nós podemos perder pessoas ao implementar novas abordagens, porque é realmente muito caro e muito difíceis para as pessoas participarem. Então são dilemas difíceis de resolver, mas ainda a meta é incluir o máximo de pessoas possíveis e também tentar melhorar os processos de elaboração de políticas, fazendo com que as questões sejam mais conhecidas, fazendo que mais pessoas tenham voz e, com certeza, contestando mais os processos de elaboração de políticas. Mas a gente não pode esperar demais em relação aos resultados quando nós falamos de legitimidade.

SR. VIRGÍLIO ALMEIDA (por intérprete): Muito obrigado, Jeanette, muito obrigado pelos comentários. Eu totalmente concordo com os dilemas que você levantou. E agora, então, nós vamos para o Jean-Marie Chenou, para a apresentação dele de 20 minutos, e depois a gente vai para a segunda parte do nosso painel. Muito obrigado, Jeanette. Jean-Claude. Não, Jean-Claude, não, Jean-Marie.

SR. JEAN-MARIE CHENOU (por intérprete): Não, tudo bem, não tem problema. Muito obrigado, Virgílio, muito obrigado pelo convite. Eu estou muito feliz, é uma honra fazer parte dessa discussão. Eu acho que é uma discussão muito importante e eu acho que é importante a gente voltar à discussão de multilateralismo, governança, governança digital. Já faz alguns anos que essa discussão foi iniciada, de alguma forma, ela foi abafada por outras questões, mas eu gostei da sua entrada, Virgílio, quando você fala de governança digital, que envolve tantas dimensões, e eu acho que é muito importante nós pensarmos nessas várias dimensões.

Eu tenho alguns slides que eu gostaria de compartilhar com vocês. E eu só gostaria, a fim de introdução, destacar alguns pontos em relação ao multissetorialismo, em relação à inclusão, representatividade e democracia, e depois nós vamos passar aí para a nossa discussão.

Primeiramente, eu gostaria de destacar que não existe uma definição única de multissetorialismo. Esse é o resultado histórico de várias influências. Então, quando a gente fala de multissetorialismo, nós não falamos exatamente da mesma coisa. Então, eu acho que é o primeiro ponto que eu gostaria de colocar. O segundo ponto é que nós, coletivamente, abandonamos os esforços de incluir o multissetorialismo quando ele foi primeiramente implementado na Cúpula da Sociedade de Informação em 2005. Houve várias iniciativas para melhorar o multissetorialismo, e nós não mostramos os dilemas que foram colocados pela Jeanette, mas houve um esforço para melhorar esses esforços, e isso foi abandonado num momento onde a gente precisaria da representatividade dos diferentes *stakeholders* para trabalhar com o mundo da Internet. E eu vou falar sobre algumas possíveis maneiras de a gente trabalhar com modelo multissetorial no futuro.

Bom, quando eu falo das diferentes definições de multissetorialismo... A Jeanette falou que isso é uma coisa que acontece dentro da governança de Internet, e é um ponto muito importante, mas eu vou falar sobre o que é o multissetorialismo quando nós falamos da governança de Internet, e, para tal, existem dois modelos: o modelo de 1990, e basicamente o ICANN é um resultado desse modelo, que é uma abordagem baseada no mercado e liderado pelo setor privado. O Virgílio falou do... citou o John Perry Barlow, que era realmente uma abordagem *hands off*, neoliberal, onde os governos não seriam envolvidos na governança de Internet, liderado pelo mercado, pelo setor privado e, talvez, em algum ponto, o governo poderia usar as condições capacitadoras para o mercado operar no mundo digital. Esse modelo foi altamente criticado, e o resultado dessa crítica é um modelo híbrido que é o multissetorialismo que a gente tem hoje na governança de Internet, um modelo baseado na tentativa de preservar algumas partes do *status quo* e dar mais participação a novos atores.

Então, a reunião de Cúpula da Sociedade de Informação, entre 2003 e 2005, cunhou essa definição, uma definição de trabalho, não é, a ser trabalhada, não definitiva, mas a ideia de multissetorialismo lá é expressa nessa frase que é "*uma implementação pelos governos, o setor privado e a sociedade civil nos seus respectivos papéis*". Assim, nós temos essa ideia de multissetorialismo como sendo algum tipo de equilíbrio entre diferentes papéis desempenhados pela sociedade civil, governos, setores privados, mas não há nenhuma definição a respeito de cada um desses papéis, e daí evoluímos para um modelo que eu gostei muito bem da descrição da Jeanette, que é uma mescla de diferentes classes, e evoluímos também em direção a um modelo de multissetorialismo que basicamente está baseado na ideia do elitismo.

Temos diferentes elites, a comunidade técnica, de negócios e alguns governos, especialmente o governo americano, o da União Europeia, que querem preservar esse tipo de modelo de multissetorialismo com base nas ideias de neoliberalismo da década de 90. Esse modelo já está um pouco ultrapassado hoje em dia, e precisamos considerar o que o multissetorialismo seria nos séculos 22 e 23.

Essa não é uma ideia que foi marginalizada no encontro da *Internet Society*, mas, na verdade, foi uma ideia para melhorar, especialmente dos países do *global South*... em desenvolvimento, porque eles excluem especialmente os atores dos países em desenvolvimento. Então há esforços por parte do Brasil e das organizações brasileiras que fizeram parte desses esforços, assim como a África do Sul, a Índia, e assim como outros governos autoritários. Então, a mensagem aí era um pouco confusa. Eles queriam incluir a governança e tinham essa ideia de uma cooperação intensificada sobre como melhorar a cooperação dentro da governança da Internet, mas isso foi amplamente ignorado, e nós estamos agora em uma situação em que o Fórum da Governança da Internet, ele é renovado como um multissetorialismo da governança da Internet, como, por exemplo, a transformação e a evolução da ICANN, sim, desde a sua criação, com base na sua organização, que é uma organização de multissetorialismo definida como uma entidade de elite que regula a Internet. E existe aí uma dicotomia forçada, em que ou nós vamos ficar dentro do *status quo*, preservando este *status quo* da governança da Internet da maneira como a conhecemos, ou vamos passar para o intergovernamentalismo, que seria organizações que vão governar a Internet com uma representação mais forte de governos autoritários. Então, essa dicotomia mais forçada faz com que nós pensemos num novo multissetorialismo, reformado, reestruturado, e as reformas dessa estrutura e aquelas pessoas que querem reformar a Internet dentro deste modelo de multissetorialismo. Entretanto, tudo isso é ignorado, e a Jeanette, ela critica o multissetorialismo, e esse trabalho do multissetorialismo tem sido altamente criticado pelo elitismo, pelos atores que têm uma força mais forte aí neste setor e também pelas organizações da sociedade civil, e também, especialmente, pelos usuários da parte sul do globo.

E isso, então, de uma forma ou de outra, não está atendendo de maneira satisfatória a todos os envolvidos. Então, aqui é uma propaganda de um novo livro que acabou de ser lançado e editado por Blayne Haggart e Natasha, este é um esforço coletivo sobre o *Power and Authority Internet Governance*. E esse livro fala sobre a evolução e o que nós notamos dentro da evolução, e o Virgílio fez aqui uma grande apresentação sobre essa evolução, algumas preocupações a respeito dessa evolução, e a mensagem deste livro é que há uma

dicotomia entre o *status quo* e o modelo autoritário. O modelo europeu, o modelo americano *versus* o modelo chinês em que há um crescimento de uma dicotomia falsa, que vai em direção a diferentes soluções da governança da Internet. E a ideia por trás do livro é que precisamos ir além dessa dicotomia e buscar novas formas de conseguir regular a governança da Internet. Eu escrevi um dos capítulos deste livro, e o Virgílio estabeleceu isso muito bem na introdução, que é: a Internet sempre foi a regulação do capitalismo digital. O Virgílio falou sobre o mundo digital, e eu quero ser um pouco mais preciso falando sobre o capitalismo digital e sobre a importância do capitalismo e como a Internet evoluiu nos últimos anos, a governança da Internet... E quando falamos sobre tal governança estamos também falando sobre todas essas outras questões que foram aqui levantadas pelo Virgílio, tal como capitalismo das plataformas, a Inteligência Artificial, *Big Data*, todas essas transformações digitais que estamos vivendo. Então não são debates separados. E, por isso, a governança da Internet precisa estar dentro dessa arena, que é como regular o capitalismo digital, qual é o papel dos estados na regulação do capitalismo digital, qual é o papel do setor privado e qual é o de outras organizações que fazem parte da sociedade civil. E a resposta original a todas essas perguntas é: a forma de abordagem. Os governos não devem se envolver. E existe um link histórico entre essas decisões da década de 90, governança da Internet e aquilo que sabemos hoje em dia com relação à dificuldade de regular o capitalismo digital, a plataforma de cooperação transnacional que vem dos Estados Unidos e também da China, que estão operando em bases mundiais e escapam de algumas dessas regulações. E a Jeanette disse que há, sim, uma necessidade adicional de regulações em que esses governos nacionais estão tentando tal regulação, mas ainda não de maneira satisfatória. Esses fenômenos são transnacionais, são globais, por isso não podem ser solucionados no nível nacional, e, também, porque podem acabar chegando em diferentes níveis de Internet, e já é mais ou menos o que está acontecendo: diferentes regulações, diferentes ilhas de Internet, e essa não é necessariamente a ideia de uma Internet global.

Então, alguns possíveis caminhos daqui para frente. Nós não podemos realmente jogar o bebê na água quente. Algumas nações e algumas Internets têm seus problemas, estão evoluindo de maneira não satisfatória, e a alternativa que surge a partir da prática autoritária da governança digital também tem suas questões. Por isso, precisamos avaliar, de maneira crítica, o multissetorialismo além daquela visão tão ingênua da deliberação e do consenso. Há interesses nesse modelo do multissetorialismo, mas várias dessas questões desse modelo não funcionam. Por isso, precisamos avaliar de maneira bem crítica e pensar como podemos ter inclusão, representação e ter todo esse tipo

de democracia como parte deste modelo. O papel dos diferentes *stakeholders* que precisam discutir o papel de cada um destes *stakeholders* com relação ao retorno desse estado. Isso é inevitável. Todos os governos, setor privado, sociedade civil, a participação deles foi importante na década de 90, no início dos anos 2000 nos Estados Unidos e na Europa, mas isso não se aplica ao restante do mundo, não se aplica ao mundo digital atual, não se aplica à China, não se aplica ao Hemisfério Sul. Por isso, precisamos admitir que o estado está aqui e veio para ficar, por isso precisamos ver como podemos preservar alguns dos elementos da governança do modelo multissetorialismo e como podemos envolver os estados e o governo, que são necessários em situações óbvias. Precisamos reconhecer a relação entre governança da Internet e a regulação do capitalismo digital, a governança digital apenas e governança da Internet. Com isso, não estamos falando apenas de questões técnicas. Não, estamos também falando sobre como podemos nos beneficiar dessa transformação digital. E, por fim, precisamos preservar a natureza deliberativa do multissetorialismo. Alguns elementos que devem ser preservados e precisamos pensar em novas formas de pensar no multissetorialismo e como implementá-los. Obrigado.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Virgílio, [interrupção no áudio].

SR. VIRGÍLIO ALMEIDA (por intérprete): Muito obrigado, Jean-Marie. É muito bacana participar de um painel com dois painelistas que, além de serem especialistas, eles concluíram realmente no momento exato. Obrigado a ambos, e eu acho que os pontos levantados aqui sobre as fraquezas e os pontos fortes dos modelos de multissetorialismo foram muito bem explanados. Eu tenho dois comentários, e, depois, eu gostaria de fazer aqui alguns outros comentários do meu lado.

No passado, algumas sociedades e alguns países acreditavam que o modelo de multissetorialismo seria a solução para os problemas da governança da Internet, mas o que notamos nos últimos anos é que as principais preocupações da sociedade, tal como falta de informação, disseminação de discurso de ódio, ciberataques, não têm sido solucionados pelos modelos de multissetorialismo, eles têm sido solucionados por métodos tradicionais e meios de governos, tais como leis nacionais. Há uma série de leis internas, leis de Singapura, leis da França, há uma série de leis nacionais que tentam solucionar problemas. As sociedades estão ansiosas em busca de soluções e pedem aos governos, pedem aos políticos, para que façam alguma coisa, e não são ouvidos esses modelos multissetoriais, não são ouvidos e não têm nada para trabalhar dentro deste contexto. A governança da Internet, no caso da Ican, está mais preocupada em

nomes, números, mas a maior parte dos problemas hoje em dia está relacionada a conteúdo, e conteúdo é algo cultural, é algo subjetivo, varia de país a país, varia de cultura para cultura. Por isso é difícil de solucionar. Muitas pessoas aí que trabalham na área da ciência política, como Jeanette, Jean-Marie, chamam isso como, não é, um problema de difícil solução, e estes são, então, os problemas que eu ressalto aqui, gostaria de ouvir suas considerações.

Mas, antes disso, eu gostaria de mostrar aqui uma imagem de algo que a Jeanette me lembrou, a diferença entre um sistema de multissetorialismo que funciona e outro que nem tanto assim. Vou mostrar uma imagem, é bem interessante.

Olha, essa foto foi tirada no Encontro Mundial da Internet, que foi organizado pelo CGI e várias outras organizações internacionais. Olha, três microfones diferentes: um microfone para o governo, outro para a sociedade civil e outro para o setor privado.

SRA. JEANETTE HOFMANN (por intérprete): Olha, participantes externos. Não, tinham mais microfones, não se esqueçam.

SR. VIRGÍLIO ALMEIDA (por intérprete): Nossa, nós fomos muito avançados aí em termos de organização porque tínhamos participantes de diferentes partes do mundo participando com o mesmo mecanismo de fala, com o mesmo tempo disponível de fala, embaixadores esperando para que sociedade civil falasse antes. Olha, essa foto é bem interessante. Olha, governo, sociedade civil, diferentes mecanismos de instrução que podem ser utilizados no futuro como exemplo. Jeanette, dez minutos para os seus comentários e observações.

SRA. JEANETTE HOFMANN (por intérprete): Primeiramente, agradeço muito pela foto. Você não tem ideia de como esse encontro foi tão importante para mim, para vivenciar que as mudanças, sim, podem ocorrer dentro daqueles governos, que estão em direção de um novo processo de tomada de decisão. Foi muito, muito importante. Também foi muito instrutivo fazer parte deste processo, foi realmente um dos pontos fortes da minha carreira política. Foi bem importante mesmo.

Agora, voltando ao ponto que eu realmente quero trazer aqui é: ao ouvir os comentários do Jean-Marie, ele falou sobre as dicotomias. Sim, este é um ponto importante, porque mentalmente nós pensamos em uma coisa ou na outra, e há uma outra dicotomia que se tornou falsa dentro do processo da digitalização, que é a dicotomia entre o setor privado de um lado e governos do outro. O que vemos, ao invés disso, uma vez que estamos regulando fluxo de dados, governos e setores privados, ambos gostam ou querem ter acesso a dados e obter

informações a respeito de seus cidadãos. A minha experiência é que os governos não se importam que o setor privado colete dados até... desde que eles tenham acesso até a esses dados, desde que legalmente eles possam ter acesso a esses dados através da polícia ou de outros órgãos, desde que tenham acesso a esses dados em nome da segurança nacional. Então, essa dicotomia é que nós chegamos ao governo quando não gostamos do que o mercado faz, ou lá no início da Internet, quando chegamos até o mercado para conseguirmos ter liberdade das políticas de telecomunicação. Mas aquela estrutura do passado não funciona mais hoje em dia, e essa é uma nova justificativa do processo de multissetorialismo. Precisamos pensar na regulação não como sendo ou governo ou setor privado, mas sim algo em que todos precisam ser ouvidos.

E o que é mais importante hoje em dia do que lá no início da governança da Internet é o papel dos direitos humanos, direitos fundamentais dentro do arcabouço legal desde que lidamos com a moderação legal. A política que realmente é responsável por revogar a regulamentação na Alemanha, nós não lidamos apenas com jornalistas, mas sim com a fala individual. A maior parte dos discursos de ódio vem de pessoas que são protegidas por direitos humanos. Esse é o dilema, essa é a atenção com a qual estamos lidando. Como podemos garantir o nosso direito de fala, de expressão diante do discurso de ódio sem cortar ou tolher o direito humano? Na verdade, temos um paradoxo aí, conseguem entender? E este é o grande desafio que temos e que não conseguimos solucionar através do capitalismo digital apenas, porque é uma categoria muito bruta, muito áspera para conseguir captar a ideia daquilo que há uma violação da lei no momento, e essa violação da lei vem dos indivíduos.

SR. VIRGÍLIO ALMEIDA (por intérprete): Obrigado, Jeanette. Jean-Marie.

SR. JEAN-MARIE CHENOU (por intérprete): Bom, muito obrigado por compartilhar essa foto tão bacana do NETmundial. Quando eu estava falando dos esforços para melhorar o multissetorialismo, eu acho que esse foi o ponto alto, não é, porque a gente pode melhorar, a gente pode ir além do que é multissetorialismo, ir além do campo ideal e fazer mudanças significativas, abordar questões significativas, como, por exemplo, a vigilância da NSA e outros pontos tocados. Mas eu gostaria de compartilhar uma história da NETmundial, que foi a primeira e única vez que eu consegui ver um processo de confecção do multissetorialismo, e o representante da empresa Disney(F) chamou o representante da França e falou assim: "Olha, a gente precisa conversar". E eles conversaram lá no canto da mesa e depois voltaram para o painel. Eu acho que ilustra muito bem o que a Jeanette estava falando, não é, essa falsa dicotomia entre

governo e setor privado. Algumas vezes eles concordam, às vezes, sei lá, na importância dos direitos intelectuais, proteção de dados, muitas coisas, não é, e talvez a gente deva trabalhar do ponto de vista também da sociedade civil e de todos os setores. E é por isso que eu falo do capitalismo digital nesse capítulo que eu destaquei e também no meu trabalho, porque a gente tem que pensar na economia e na política dessa transformação digital, e a gente tem que cuidar dessas coisas, a gente tem que analisar, estudar estado, empresa privada e a combinação de ambos. E eu acho que é essa a ideia que nós temos por trás dessa expressão "capitalismo digital".

E voltando ao que o Virgílio falou, do discurso de ódio e a informação errada e essa importância disso tudo, desde que eu fui para Colômbia, eu vi a importância de a gente trabalhar com o discurso de ódio além do que acontece nos Estados Unidos. Tudo bem, a invasão do Capitólio, a gente viu aí questões importantes aí da política, mas o discurso de ódio on-line significa as pessoas sendo assassinadas diariamente. Então, a gente tem que pensar em como regulamentar o discurso de ódio a contento, além dessa ideia de que isso só acontece nos Estados Unidos, que o discurso livre tem que prevalecer e que as ferramentas que nós temos hoje são suficientes. Não são suficientes, e existe um resultado aí de uma violação de recursos humanos no nosso dia a dia. Então, isso precisa ser abordado, e eu concordo, a ideia de uma lei nacional, trabalhando com essas questões e não levando em conta os interesses de todas as partes, não é suficiente. A gente tem que pensar global. Tudo bem, nós estamos falando de culturas diferentes, contextos políticos diferentes, as regras têm que ser adaptadas localmente, não é que uma coisa serve para tudo, mas a gente pode ver, dentro dos direitos humanos, que a gente pode ter um consenso, uma linha base, e essa linha base, de acordo com o contexto, a cultura e a geografia, pode ser adaptada.

SR. VIRGÍLIO ALMEIDA (por intérprete): Gente, de novo, muito obrigado a ambos de novo. Eu acho que vocês têm comentários muito críticos e muito interessantes. Eu vou fazer um comentário muito rápido e, depois, eu vou fazer algumas perguntas que nós recebemos aí das pessoas que estão participando desse painel.

Uma coisa nos anos que eu fiquei envolvido no processo de governança, e eu observei, é que a sociedade civil tem mais contribuição, ou tinha mais contribuições, que governos e que o setor privado. Eu acho que foi a coisa mais prática que eu observei aí nos anos em que estive envolvido no processo. E eu acho que o ponto que a Jeanette fez, os direitos humanos são a coisa mais importante agora mesmo, porque através dos direitos humanos que nós temos um contexto claro do que deve ser moderado, do que deve ser governado em termos de conteúdo, comportamento. Então é uma estrutura que

é universalmente aceita, e eu acho que os governos não gostam disso em algumas situações. E o mesmo vale para as empresas. Mas a sociedade civil tem um papel muito importante.

Bom, eu tenho duas perguntas. Para o futuro, eu acredito, não será viável pensar numa organização de governança global. Para mim, é mais realista pensar em uma estrutura policêntrica, com diferentes organizações de governança, não tão grande quanto à ICANN ou qualquer outra organização global, e o desafio é como sincronizar e como tomar decisões com base nas decisões dessas organizações menores? Então, esse é um ponto. E, como consequência, a pergunta é: Como a tecnologia pode ser utilizada para ajudar a organizar uma estrutura básica aí com diferentes e menores organizações de governança? Então, duas perguntas para vocês enquanto eu espero aí coletarmos as perguntas do painel.

SRA. JEANETTE HOFMANN (por intérprete): A segunda pergunta, Virgílio, você pode repetir?

SR. VIRGÍLIO ALMEIDA (por intérprete): Sim. Como a gente pode usar a tecnologia para possibilitar essa estrutura com várias organizações menores? No começo da governança da Internet, nós tínhamos muita gente de tecnologia. Depois, nós envolvemos cientistas sociais, pesquisadores, pessoas das ciências políticas, mas agora eu acho que a gente tem que considerar como a ciência de computação, ou a pesquisa de computação, pode ser utilizada para tornar essa governança a partir de modelos multissetoriais.

SRA. JEANETTE HOFMANN (por intérprete): Eu começo com a primeira pergunta?

SR. VIRGÍLIO ALMEIDA (por intérprete): Claro, pode ir.

SRA. JEANETTE HOFMANN (por intérprete): Olha, primeiro eu gostaria de adicionar uma coisa. O que eu posso observar na Europa como sintoma do fato que governos e sociedades privadas não são mais dicotomias, e, sim, trabalhando juntos, a sociedade civil cada vez mais usa a estratégia de ir aos tribunais, e isso tem a ver com o fato de que os direitos humanos estão se tornando cada vez mais importantes na regulamentação do digital, mas também que os governos não respeitam a liberdade dos cidadãos, mas querem ter as mesmas informações que o setor privado tem. Então, a judicialização é uma das estratégias mais importantes, e na Europa a gente vê muita ONG aparecendo cuja principal responsabilidade ou meta é ter dinheiro para judicialização, e eles estrategicamente(F) escolhem casos para ir ao tribunal, tribunais constitucionais, para evitar que o governo afete os direitos humanos. O Schrems fez isso na Áustria contra o Facebook e outros, e também para afetar a estrutura de troca de dados entre Europa e Estados Unidos. Um sucesso duas vezes. Então, nosso maior

amigo hoje é a Corte Europeia de Direitos Humanos. Então, isso há dez, 15 anos, ninguém consideraria. E eu não estou falando uma história aqui, é que os tribunais em si também não são legitimados democraticamente. Eles são especialistas da lei e eles, de alguma forma, protegem os nossos direitos, mas isso não acontece no nível do parlamento. São discursos jurídicos que excluem a maioria das pessoas, porque não têm a especialização para entender essa linguagem. E também para você ir ao Tribunal, você precisa de dinheiro e advogados, etc. Isso é uma tradição antiga nos Estados Unidos, mas não na Europa. Então, isso que eu queria adicionar.

Mas em termos de governança global, sim e não, Virgílio. Não, porque olha para empresas como o Facebook; eles ainda acham que podem ter uma política de conteúdo global e continuam se esforçando muito. Por exemplo, agora a última invenção deles, não é, esse Conselho de Supervisão, eles tentam ser muito representativos, com especialistas de todos os lados, mas a ideia é ter uma estrutura que cubra o mundo todo. Eu tenho dúvida se isso pode funcionar, mas esse é apenas um exemplo. O outro exemplo, por exemplo, é a regulação da União Europeia de proteção de dados. Se você quer trabalhar com a Europa, você tem que aceitar essa versão de proteção de dados. Então, a gente está regulamentando o mundo, se você pensar, em termos de questões de proteção de dado e privacidade. Você pode gostar disso, mas você pode falar: "Espera aí, isso é imperialismo, é um padrão global". Então são casos em que eu realmente não sei se você está correto na sua previsão. Pode ir para o outro lado. A gente vê também muita política nacional evoluindo, mas eu acho que a estratégia europeia vai se estabelecer em padrões que provavelmente os Estados Unidos vai ter que aceitar no longo prazo, e acho que esse tem a ver com regulamentação de conteúdo também. Eu acho que seria bom ouvir o Jean-Marie em relação à primeira pergunta, e aí a gente volta para a sua segunda. Você acha que tudo bem?

SR. JEAN-MARIE CHENOU (por intérprete): Claro! Olha, eu sempre tenho dificuldade com a ideia de governança policêntrica. Para mim, é meio redundante, porque governança tem que ser policêntrica, senão é governo, não é governança. Então, esse é um termo que todo mundo está falando, agora virou moda, não é, governança policêntrica, mas talvez é só para reforçar a ideia de que governança é policêntrica, mas ela é policêntrica por natureza. Então, se a gente está falando de estrutura de direitos humanos, você tem uma supervisão global, mas você tem também conselhos locais, europeus, americanos, etc., e nós temos algumas previsões de direitos humanos nas constituições nacionais, então no nível nacional.

Bom, em termos de governança digital, a gente pode pensar num tipo de modelo, a gente precisa ter alguma linha de base, algum

consenso do que pode ou não pode ser feito através das tecnologias digitais. E aí, isso vai ser aplicado de formas diferentes em diferentes contextos culturais ou nacionais, mas eu acho que a gente precisa ter alguma coisa global, porque a Internet em si é global, e a Jeanette falou a ideia dessas plataformas digitais tentando criar também impérios, vamos dizer assim, mundiais, com as mesmas regras, e a gente tem que enfrentá-los no mesmo nível. Você tem regras globais para os usuários do Facebook, e a gente tem que ter também respostas globais não ditadas pelo Facebook, mas por processos multissetoriais, diferentes do Facebook, e mais relacionadas, talvez, às Nações Unidas, que é a instituição mais global que nós temos.

SR. VIRGÍLIO ALMEIDA (por intérprete): Muito obrigado a ambos por seus comentários em relação ao futuro do mundo digital. Então, a minha segunda pergunta é a utilização da tecnologia para melhorar os programas globais do mundo digital ou governança do mundo digital.

SRA. JEANETTE HOFMANN (por intérprete): Olha, sua pergunta me lembrou de uma discussão que eu observei na Alemanha nos últimos quatro anos, que foi começada pelos cientistas de computação que trabalham com Inteligência Artificial. Alguns pensam que quando a gente pensa no ambiente nacional das políticas e o pouco consenso que nós temos mundialmente em como trabalhar com o nosso planeta, eles acham que a democracia já não serve mais, não dá conta disso. Nós precisamos de maneiras diferentes de trabalhar com os problemas globais que nós temos. Muitos cientistas falam que hoje, com as ferramentas analíticas que nós temos, com análise de dados que são tão robustos, nós podemos pensar em diferentes modelos que podem nos falar o que nós podemos fazer hoje para evitar, por exemplo, o aquecimento global. Então, por que eles não podem fazer esse trabalho? Então, como a gente pode imaginar, muita gente não está muito animada com essa ideia, ou seja, substituir a democracia pela decisão tecnocrática, mas a gente tem que reconhecer que eles têm um ponto. Nós temos todos os dados, nós sabemos qual é o problema dos diferentes governos, os governos só estão focados nas próximas eleições, sempre é muito curto prazo, então, de repente, eles podem fazer o que é preciso ser feito. E o que significa isso? A gente pode, então, confiar na análise de dados e na Inteligência Artificial para tomar decisões e chegarmos a melhores resultados? Pessoalmente, eu acho que não, mas eu comecei a me perguntar como as nossas sociedades contemporâneas vão integrar a Inteligência Artificial no dia a dia, porque eu sei que isso vai acontecer, e como a gente vai abordar essa tecnologia, que consequências positivas a gente vai utilizar a Inteligência Artificial para tomar decisões que costumavam ser feitas por seres humanos. E uma das questões que a

gente pode pensar é que as sociedades modernas sempre querem estender o seu controle para o futuro, ou tentando reduzir incerteza através do controle de eventos futuros e tornando-os menos arbitrários. E eu acho que a Inteligência Artificial vai ser considerada ferramenta para tal. Eu espero que a ideia não seja muito abstrata, tá? É isso.

SR. VIRGÍLIO ALMEIDA (por intérprete): Eu acho que foi muito interessante. Jean-Marie, o que você tem a dizer sobre isso?

SR. JEAN-MARIE CHENOU (por intérprete): Eu acho que eu tenho uma ideia ainda mais abstrata, Jeanette. Bom, primeiro em termos de tecnologia e controle aí, a ideia das eleições on-line da ICANN em 1999--

SRA. JEANETTE HOFMANN (por intérprete): Em 2000.

SR. JEAN-MARIE CHENOU (por intérprete): Foi.

SRA. JEANETTE HOFMANN (por intérprete): Eu era uma das candidatas. Foi 2000.

SR. JEAN-MARIE CHENOU (por intérprete): Desculpa, não 99, 2000. Talvez foi muito cedo, mas em termos de participação, a gente vê que muito mais gente tem acesso à tecnologia, à Internet e as vozes podem ser ouvidas através da tecnologia, e eu acho que isso algo que tem que ser levado em consideração. Em termos de acesso a serviços públicos na Colômbia, mesmo em áreas rurais, é algo que está sendo cada vez mais implementado. Então existe, sim, uma vantagem em tecnologia que a gente pode utilizar. A ideia mais abstrata é que a tecnologia está cada vez mais se tornando um ator dentro desse processo. Então, eu acho que corrobora com o que a Jeanette disse. Eu não sei o que fazer com isso, mas a Inteligência Artificial, os algoritmos, a aprendizagem de máquina, *Big Data*, eles se tornam atores na governança digital. São coisas sobre as quais nós não temos o controle, não são apenas uma ferramenta para os outros atores; na verdade, eles têm uma representatividade em si, e quando a gente pensa em multissetorialismo, tem um novo setor, que não é humano, mas é parte da governança, sim.

SR. VIRGÍLIO ALMEIDA (por intérprete): Muito obrigado, Jean-Marie. Temos algumas perguntas aqui por parte do público. Eu vou tentar traduzi-las para vocês. A primeira aqui é: "*Seria possível comentar um pouquinho mais e dar alguns exemplos a respeito dos diferentes contextos políticos e qual é a extensão deles, e como o capitalismo digital pode impactar a governança da Internet?*". A pessoa que perguntou gostaria de alguns exemplos e que comentassem o impacto do contexto político sobre a governança da Internet. Eu até

complementaria também, sobre a governança digital, e não apenas a governança da Internet.

SR. JEAN-MARIE CHENOU (por intérprete): Sim. Alguns exemplos com base no capítulo que eu escrevi do livro. Por exemplo, na América Latina, temos diferentes tipos, ou diferentes variantes, do capitalismo, diferentes reações à globalização, à inserção nos mercados globais, e é muito diferente, por exemplo, se você estiver no México ou na Colômbia, que eles chamam de inserção passiva, eles querem participar do mercado global sem estabelecerem as suas próprias regras, enquanto que o Brasil ou a Argentina tentam criar as suas próprias regras, e normalmente, historicamente falando, estes países têm uma participação mais forte dentro da sociedade civil a partir de protestos, a partir dos seus sindicatos, e assim por diante. Então, são diferentes contextos, mas na mesma região, que é a América Latina. Prefiro não dar um exemplo global, porque seria mais complicado.

Então, como reagir à globalização do capitalismo? E há algumas tendências semelhantes quando falamos sobre o capitalismo digital. Na Argentina, que foi o local onde o primeiro Sindicato de Trabalhadores de Plataformas foi criado... um Sindicato de Plataformas foi criado. Então, há uma tradição aí de união, de sindicalismo bem desenvolvido, diferentemente de outros países mesmo que sejam da mesma região, como a América Latina. Por isso a questão é: Como o capitalismo é regulado? Qual é o papel respectivo de cada organização da sociedade civil, de cada sindicato, do setor privado, historicamente e culturalmente falando, sendo atendido em diferentes contextos, e como a digitalização pode continuar com as suas forças? Isso os afeta, isso os muda, isso os transforma, mas ainda assim é possível ver que não é a mesma coisa. Quando falamos sobre o conteúdo da regulação da Internet na Colômbia, no Brasil, na China ou na Alemanha são contextos completamente diferentes. Então, essa é basicamente a ideia, trazer um pouquinho dessa história institucionalizada sobre como regular o capitalismo em diferentes partes do mundo e adaptá-lo à era digital para não termos essa ideia da digitalização sendo uma tendência global, e, como a Jeanette disse, o excepcionalismo da Internet em que a digitalização seja algo completamente novo, a qual não sabemos, que não haja precedente, instituições insistentes que adaptem e regularizem esta instituição de maneiras diferentes em cada país. Espero ter respondido à pergunta.

SRA. JEANETTE HOFMANN (por intérprete): Posso agregar um ponto? Não para contradizê-lo, mas talvez essas tendências de 'datatificação' que estamos vendo talvez seja algo global, que integra sociedades através de uma leitura, análise de dados, ranqueando pessoas, conteúdos. Eu acho que isso é algo que vai além de contexto,

e uma vez que esses dados normalmente são mesclados com a meta de lucratividade, como já descrito aqui tão bem, eu diria que há camadas de capitalismo global e camadas de capitalismo regional.

SR. JEAN-MARIE CHENOU (por intérprete): Sim, você está completamente correta, e essa é toda ideia do capitalismo. Temos o global, e que ele é trabalhado e atribuído em um contexto diferente, o que é diferente da 'datatificação' na União Europeia, que tem as suas leis de proteção de dados bem fortes, muito mais fortes do que várias outras regiões, e quando falamos sobre as 'datatificações' nos Estados Unidos ou Colômbia.

SRA. JEANETTE HOFMANN (por intérprete): Mas ainda assim, aquelas empresas que têm lucratividade com *Data Analytics* são poucas empresas.

SR. JEAN-MARIE CHENOU (por intérprete): Sim, são tendências globais, eu concordo.

SR. VIRGÍLIO ALMEIDA (por intérprete): Mais uma pergunta: "*Como melhorar a governança global em um ambiente onde as organizações internacionais estão se tornando muito mais fracas do que já foram no passado devido aos diferentes governos, que limitam o poder dessas organizações internacionais?*". Como podemos pensar numa governança global em tal contexto, já que muitos não colaboram com as organizações internacionais? Quem gostaria de comentar?

SR. JEAN-MARIE CHENOU (por intérprete): Eu vou deixar para a Jeanette, porque é uma pergunta um pouco capciosa, e depois... Olha, as organizações intergovernamentais, internacionais estão passando por crises, talvez haja, ou tenha... talvez lá na década de 90 teve aquela época ouro, sabe, durante a Guerra Fria, e quando houve aquela grande liderança dos Estados Unidos, o que já não é mais verdade, agora, a longa história das organizações internacionais e aquelas organizações internacionais, ou a ITU, que seria União de Telecomunicações, e também dos sindicato de trabalhadores. Muita coisa mudou desde a década de 90. Eu acho que não estamos no melhor momento das organizações internacionais, eu acho que estamos passando por um momento de ordem liberal e de democracia no nível nacional, não só internacional. Por isso, a democracia é tanto quanti quanto qualitativa, passando por crise no nível global. Mas isso não quer dizer que as organizações internacionais irão desaparecer ou serão irrelevantes devido à falta de liderança ou de confiança por parte dos seus cidadãos com base global, não. Olha, não está em grande forma no momento, nem um e nem outro, mas é o que está acontecendo.

SRA. JEANETTE HOFMANN (por intérprete): Olha, com base nos seus comentários olha, eu sinto muito dizer, mas o estado das

coisas está um pouquinho baixo, não é, quando falamos sobre as organizações internacionais, implicando que as coisas possam mudar. Normalmente, as pessoas diriam: "Olha, a crise está chegando no seu ponto da virada". Talvez não fizemos o melhor uso da crise financeira em 2008, em que as pessoas disseram: "Ai, agora as coisas finalmente estão mudando". Eu acho que os governos quiseram impor algumas regulamentações um pouco mais justas, mas agora o que estamos vivenciando é a crise da vacina, pelo menos na Europa, em que a relevância da infraestrutura do setor na saúde realmente mudou. Nós vemos agora que não dá simplesmente para viver na produção do suporte de suprimento médico e deixar tudo na mão da China e da Índia. Não dá, precisamos ter a nossa própria infraestrutura. Eu acho que foi uma péssima ideia fecharem hospitais. Nós precisamos ter uma redundância da regulamentação, mesmo que não a utilizemos todo o tempo. Precisamos estar prontos para a crise. A infraestrutura precisa ser melhorada. Melhorou em algumas partes do mundo. Entretanto, distribuição das vacinas? Pelo amor de Deus! Eu acho que é algo bem deprimente e é algo bem negativo, porque levará anos até que todas as regiões do mundo tenham vacinas suficientes para todos, e, na realidade, o que precisamos ver aí é uma nacionalização dos bens comuns para uma compreensão global. Por isso, eu acho que não há uma única resposta mais simplista para essa questão. Há sinais de melhoria da situação, mas também há sinais de um cenário bem pessimista, sinto dizer.

SR. VIRGÍLIO ALMEIDA (por intérprete): Mais uma pergunta em que ambos acho que já responderam, mas talvez tenham alguns comentários adicionais, tem a ver com o papel da sociedade civil e o que pode ser feito para tornar esse papel ainda um pouco mais importante, ouvido pelas autoridades... O que teriam mais a dizer sobre o papel da sociedade civil, a governança da Internet e do mundo digital?

SRA. JEANETTE HOFMANN (por intérprete): Talvez pelo menos nas sociedades democratas, os governos, eles têm que dar um apoio e têm que ser fortes como seus cidadãos, mas os cidadãos têm o direito de dizer não, e isso vai além das eleições. É claro que as eleições representam um ponto importante, e nós notamos aqui, neste país, que os democratas estão perdendo terreno, e isso tem a ver com a punição a uma série de políticas que foram passadas nos últimos anos, e a influência da sociedade civil está indo muito além das eleições. Isso também tem a ver com a Internet. Nós temos um discurso público tão forte no meio do caminho, porque todos podem falar, não é, têm acesso livre à Internet, e isso acaba impactando os governos. Os governos estão um pouco mais assustados devido toda a crítica que é feita por parte do público e da sociedade. O problema é

que os governos se intimidam, porque eles estão com medo sobre a resposta dos seus eleitores. Então, a sociedade civil se tornou mais poderosa graças à Internet, sem dúvida, e isso tem seu lado positivo, mas potencialmente também tem o seu lado negativo. Por exemplo, o crescimento do lado direito, ou da cena, não é, da evolução do lado direito, que acaba mudando o discurso, indo para um lado mais negativo e, dependendo, a sociedade... E não podemos negar que isso faz parte de toda essa evolução e da atividade da sociedade civil.

SR. JEAN-MARIE CHENOU (por intérprete): Quando falamos sobre a ideia em se pensar de maneira crítica sobre o multissetorialismo, uma crítica que eu tenho a fazer sobre a ideia do multissetorialismo está em colocar no mesmo nível a sociedade civil, o estado, e a sociedade civil é muito mais complexa do que o setor privado ou o governo, porque os interesses são diferentes dentro do setor privado, mas ainda assim há uma força de coesão. A sociedade civil é um local em que há muitas lutas. Temos diferentes tendências, diferentes ideias, e eu acho que o que a Jeanette acabou de dizer sobre... Há partes na sociedade civil que precisamos reconhecer que existem; não há uma única posição da sociedade civil. Há, sim, uma organização da sociedade civil, que é um objeto em movimento, em transformação, que tem a sua relação de constituintes com o estado ou com os estados, e o estado ou os estados precisam incluir as sociedades civis a partir de uma ditadura ou a partir de uma democracia, mas as sociedades civis fazem parte de um estado, da estrutura estatal, e se avaliarmos a sociedade civil a partir de uma perspectiva mais complexa, veremos que essa não é a solução ao problema, mas sim parte do problema. Por isso, é necessário entender como lidar com a sociedade civil e como encontrar consenso dentro da própria sociedade civil, e esperamos que esse consenso seja em direção a melhorias, à inclusão, representatividade e democracia, que, em última análise, são os três pilares desse debate.

SR. VIRGÍLIO ALMEIDA (por intérprete): Temos um outro ponto ainda dentro dessa linha de discussão da sociedade civil e que ainda não foi levantado aqui hoje, que é a cibersegurança, segurança cibernética, que é cada vez um assunto mais polêmico e importante, já que as sociedades estão cada vez mais on-line, trabalhando, se comunicando, se entretendo de maneira on-line. On-line não deixou de ser uma opção, na verdade, se tornou uma infraestrutura crítica e necessária. Como tal, pode sofrer problemas, tais como ataques cibernéticos. Eu observei, ou tenho observado, que quando o assunto é ataque cibernético, a maior parte dos grupos de *stakeholders*, eles não incluem a sociedade civil como parte dessa discussão. Há uma certa dificuldade em incluir a sociedade civil e os militares dentro desse mesmo balaio, ou estarem todos, não é, dentro da mesma página, por

assim dizer. Eu gostaria de ouvi-los com relação a esse assunto tão crítico, cibersegurança.

SRA. JEANETTE HOFMANN (por intérprete): Bem, você está correto, o núcleo do poder do estado e com quem lutar. O que notamos, por outro lado, é uma cooperação muito fechada, muito justa com algumas partes do governo e o setor privado, especialmente com relação à indústria militar, que é quem produz predominantemente os resultados para o governo. Temos aí uma aliança muito fechada entre esses dois *players*, o que precisa... basicamente para cobrir os escândalos. Este é o trabalho que é feito na maior parte dos países. E tanto jornalistas quanto as organizações da sociedade civil amam encobrir escândalos nesse respeito. Por isso, é muito difícil chegar lá. Eu acho que isso funcionou, trabalhou parcialmente junto ao setor financeiro, mas essa indústria militar, ou essa complexidade da indústria militar, é de difícil penetração. Eu acho que você está certo quando fala, menciona tal coisa.

SR. JEAN-MARIE CHENOU (por intérprete): É verdade, é até difícil analisar e entender o que está acontecendo, porque a gente não sabe quais são os diferentes setores militares, os diferentes setores, o que eles estão fazendo. Então, a gente sabe que está acontecendo, mas não sabe o quê? E quando a gente pensa em segurança, em cibersegurança para infraestrutura, em defesa, é muito difícil a gente achar um lugar para a sociedade civil. Seria muito revolucionário e histórico em ter a sociedade civil participando nessa questão dessa questão de segurança nacional. Isso nunca aconteceu antes e eu acho que é difícil de acontecer. Mas se a gente pensa numa definição maior de cibersegurança, por exemplo, que nem a OCDE está fazendo, falando sobre o risco digital, e aí que foi uma abordagem adotada por vários países, e isso é uma evolução, uma evolução de uma definição mais abrangente da cibersegurança. Então, talvez a sociedade civil seja excluída dessas questões de segurança natural, mas não no pensar o que é cibersegurança além da segurança nacional. As questões de gênero, por exemplo, são questões de segurança nacional? Eu diria que sim, e a sociedade civil pode participar nisso. A confiança dos mercados digitais e comerciais também faz parte? Provavelmente sim. E eu tenho trabalhado também na confecção de paz em relação à cibersegurança. Então, cibersegurança não é só segurança nacional, tem a ver com tudo que leve a uma sociedade mais pacífica e, para tal, não é, existe uma participação da sociedade civil. Mas, assim, no núcleo da segurança nacional eu acho que é difícil.

SRA. JEANETTE HOFMANN (por intérprete): Eu vou comentar. Eu acho que o Jean-Marie está muito certo. Como é que a sociedade civil pode colocar o pé na porta, não é? Eu acho que é basicamente redefinindo o que é isso, e se a sociedade civil tiver

sucesso na definição, que é maior do que é de responsabilidade de governo, que é defender a nação, vamos dizer, então existe um papel para a sociedade civil, sim, e é assim que ela pode ter sucesso, é remodelando, redefinindo as questões.

SR. VIRGÍLIO ALMEIDA (por intérprete): Muito bacana. Eu gostaria de explorar isso um pouquinho mais. Quando vocês falam da sociedade civil, vocês já falaram sobre isso, a sociedade civil não é uma coisa... não é um corpo homogêneo. Existem vários interesses, vários grupos, e a Academia é parte da sociedade civil. E eu acho que a Academia tem um papel importante em questões futuras. Eu vou dar um exemplo concreto para vocês. Nos Estados Unidos, em particular, não sei na Europa, mas nos Estados Unidos existem vários grupos acadêmicos que estão preocupados com as armas autônomas letais, ou seja, armas que podem tomar decisões com base em Inteligência Artificial, abater alguém, porque a Academia conhece essas coisas e, portanto, estão propondo a necessidade de criar-se limites para esse tipo de armas autônomas com base em Inteligência Artificial. E eu acho que esse é um papel da sociedade civil, pelo menos de um grupo da sociedade civil, ou seja, a Academia pode exercer.

E só para lembrar, eu gostaria de lembrar uma coisa que foi proposta para a tecnologia, mas que também se aplica à governança digital da Internet. Não é uma lei, mas é algo que as pessoas citam, que é: nós tendemos a superestimar o efeito no curto prazo e subestimar no longo prazo. Superestimar no curto e subestimar no longo, e eu acho que os governos também cometem o mesmo erro. Vocês poderiam comentar sobre isso, por favor?

SRA. JEANETTE HOFMANN (por intérprete): Eu acho que é uma ideia muito interessante que você está colocando aqui, e eu gostaria, talvez, de ir além da Academia. Eu acredito que todo campo de desenvolvimento tecnológico depende muito das pessoas envolvidas no processo e que essas pessoas desenvolvam uma consciência crítica. E o que nós podemos ver, além da Academia... Por exemplo, os engenheiros que estão trabalhando por Facebook e o Google começam a se distanciar das metas e objetivos da empresa, dizendo: "Não, existe uma linha vermelha que nós não queremos ultrapassar", e começam a problematizar o que parece tão claro há muito tempo o que essas empresas estão fazendo, que, de alguma forma, querem contribuir para o bem mundial. O Facebook tem muitas críticas, e essas pessoas começam a ler os jornais e se questionar. Elas realmente querem fazer parte de algo que pode ser tão detrimental para sua vida e a vida de todos nós. Então, as pessoas começam a se envolver de uma forma mais crítica no desenvolvimento tecnológico. Então, eles são atores da sociedade... das empresas privadas, mas também membros da sociedade civil. Então, como é que você tem

nessas pessoas que têm esses vários chapéus, não é, sociedade civil, empresas privadas, Academias, redes sociais, como isso tudo se... entra em conjunto na sua atuação em relação ao futuro?

SR. VIRGÍLIO ALMEIDA (por intérprete): Jean-Marie.

SR. JEAN-MARIE CHENOU (por intérprete): Eu gosto muito da ideia, talvez não tenha nem muita coisa a adicionar. Eu acho que a gente não pode falar que a institucionalização da Academia é a solução. Nós temos vários problemas. Nós temos o financiamento, a relação com o setor privado, com o governo. Então, a Academia não é aquela força neutra que vai ver tudo de forma crítica. Não é isso... não é assim que funciona, mas isso não significa que a Academia não deve ser parte da sociedade civil, ter padrões críticos e deve ajudar a... ou contribuir a uma sociedade em particular. Mas não é só Academia. Você pode ver isso no setor privado, funcionários do setor privado e funcionários do governo. Ou seja, qualquer pessoa pode pôr o seu chapéu de cidadão e de usuário da tecnologia digital, e não só: "Ah, eu sou do setor privado", "ah, eu sou do governo", "ah, eu sou da Academia".

SR. VIRGÍLIO ALMEIDA (por intérprete): Obrigado. Olha, nós estamos chegando aí no final do nosso painel. Foi uma discussão muito construtiva, muita ideia... E eu gostaria de pedir, então, a ambos para deixarem aí suas mensagens e propostas finais para o futuro, para que a plateia possa levar essa mensagem de pessoas tão especializadas quanto vocês. Foi um prazer participar desse painel com ambos.

SRA. JEANETTE HOFMANN (por intérprete): Olha, eu gostei muito. Eu achei que foi uma conversa em três mesmo, não é? Eu acho que o debate foi muito significativo. Aprendi muito, gostei de ouvir as suas respostas, Jean-Marie, e eu acho que o que a gente demonstrou é que talvez... O que eu gostaria de expressar é o que o Jean-Marie falou: a sociedade civil é complexa, cheia de conflitos, e a gente não deve romantizar o seu papel. Não é só uma força progressiva, vocês podem ver isso no Brasil. Existe muito movimento relacionado ao discurso de ódio, à extrema direita. Então não é só a questão, não é, do setor privado e do governo, mas a gente também tem que ver o que está acontecendo nas nossas comunidades locais.

SR. VIRGÍLIO ALMEIDA (por intérprete): Obrigado, Jeanette, por aceitar o convite para participar desse painel. Foi realmente muito rico.

Jean-Marie, você pode concluir aí a sua participação e deixar a sua mensagem para o futuro?

SR. JEAN-MARIE CHENOU (por intérprete): Muito obrigado a ambos e à organização. Eu gostei muito da discussão, aprendi muito,

tomei um monte de notas aí para pensamentos futuros. Eu acho que a mensagem para a gente levar para casa aí... Olha, eu sempre sou muito crítico com o multissetorialismo. Eu comecei o meu trabalho aí de doutorado, que multissetorialismo é elitista, ruim, mas o contexto mudou, e eu acho que agora a gente tem que preservar o que foi construído em termos de deliberações multissetoriais. É claro que a gente precisa melhorar, a gente tem que ser crítico, mas ainda a alternativa é pior em termos de práticas autoritárias. E, de novo, eu não estou falando só de governos autoritários em si, mas também de práticas autoritárias dos governos democráticos, que têm aparecido cada vez mais. Então, a ideia é tentar pensar como melhorar o multissetorialismo. Acho que a gente teve uma discussão muito interessante, o Virgílio mostrou a foto da NETmundial. A gente tem que melhorar o modelo, e talvez seja só eu, mas eu acho que, de alguma forma, o multissetorialismo saiu um pouquinho da discussão. A gente está falando assim: "Ah, é isso que a gente tem, não vai melhorar, e multissetorialismo não é bom para regular a Internet". E eu acho que a gente tem que voltar aí para 2014 e falar: "Bom, a gente tem que melhorar o multissetorialismo, a gente tem que levar em consideração todo o dilema, toda a dicotomia, toda a complexidade de coisas que a gente tem discutido, mas ver como a gente pode adaptar o conceito ao contexto atual e evitar essa tendência de a gente passar para um modelo muito mais autoritário".

SR. VIRGÍLIO ALMEIDA (por intérprete): Muito obrigado, Jean-Marie. Olha, em nome de toda a organização, eu gostaria de agradecer demais a vocês, Jeanette, Jean-Marie, por aceitarem o convite para participar desse painel. Para mim, foi um prazer incrível, eu aprendi muito com ambo, as visões de vocês. E é isso! Foi uma ótima discussão. Muito obrigado.

SR. JEAN-MARIE CHENOU (por intérprete): Muito obrigado. Tchou-tchau.

SR. VIRGÍLIO ALMEIDA (por intérprete): Tchou!